Conferência Internacional
O Microcrédito Passado e Futuro:
Certezas e Desafios Lisboa 23 Janeiro 2006
Separata do boletim **notícias do microcrédito** de Fevereiro de 2006, nº 28

O porquê de mais uma Conferência

Como é de muitos de nós conhecido realizou-se no passado dia 23 de Janeiro, em Lisboa, uma grande conferência sobre o microcrédito. Dos seus resultados se fala noutro local deste Boletim. Aqui, quero explicitar as motivações que conduziram à sua organização.

Somos orgulhosos do nosso passado e do nosso futuro. Do passado, porque o caminho já realizado nos permitiu poder e saber dar respostas capazes àqueles que no microcrédito encontraram um caminho novo para as suas vidas. Do futuro, porque nem um só momento temos dúvidas sobre o muito que temos a fazer em promoção da dignidade dos que tendo poucos bens materiais, têm muita iniciativa e uma vontade imensa de mudar de vida, mas ainda não o puderam fazer. Quando já somos quase 20% a viver no limiar da pobreza não podem restar dúvidas de que o microcrédito tem que ser olhado com muita atenção por parte de cidadãos, instituições da sociedade civil e administrações públicas.

Para reforçarmos o nosso ânimo, necessitamos, no entanto de, por vezes, parar, olhar para o caminho já percorrido, observar o que está à frente, além da curva, e reflectir com os companheiros de viagem. Foi por isso que, em conjunto com o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, a Secretaria de Estado do Emprego e da Formação Profissional e o IEFP e com o precioso empenhamento de todos os que dirigem estas instituições, organizámos a Conferência: «O Microcrédito Passado e Futuro: Certezas e Desafios».

Esta Conferência foi concebida de modo a que através dela pudéssemos ouvir:

- Os grandes mestres do movimento do microcrédito, para nos ensinarem a melhor forma de aperfeiçoar as nossas formas de intervenção;
- As instituições financeiras, para delas escutarmos o compromisso que assumem ou estão disponíveis a assumir com o microcrédito;
- As instituições de solidariedade social que, junto dos mais pobres, poderão constituir o melhor aliado para a identificação dos casos - problema;
- Todos os que estão motivados pelo movimento do microcrédito.

Quanto aos mestres tivemos connosco o Prof. Mohammad Yunus (Grameen Bank), a Sr.ª Maria Nowak (ADIE e REM) e o Sr. Angel Font (Caixa da Catalunha). Em representação das instituições financeiras tivemos os presidentes do Millennium, da Caixa Central de Crédito Agrícola e administradores da Caixa Geral de Depósitos e do Banco Espírito Santo. Dando-nos o ponto de vista das instituições que lutam contra a pobreza e a exclusão tivemos os Presidentes do IEFP, da CNIS, da União das Misericórdias e da REAPN.

A realização da Conferência foi, também, a forma adequada de podermos encerrar condignamente o Ano Internacional do Microcrédito das Nações Unidas.

Os objectivos a que nos propúnhamos foram plenamente alcançados. Sentimo-nos, hoje, mais empenhados e com um compromisso renovado. A Conferência será um marco distintivo na experiência que já percorremos.

MANUEL BRANDÃO ALVES

Manuel Brandão Alves (Pres. ANDC), Maria Nowak (Pres. Rede Europeia Microfinança), Perez Metelo (Pres. da AG da ANDC), Angel Fónt (Director Microcrédito Caixa da Catalunya)

Citações da intervenção de

José Vieira da Silva

Ministro do Trabalho e da Solidariedade Social

No plano internacional, não restam hoje grandes dúvidas do imenso potencial do microcrédito.

(…) É, felizmente, um trabalho que tem sido bem sucedido também entre nós. Em larga medida (e tal como sucedeu com as comemorações do Ano Internacional em 2005), por via da obra pioneira e incansável da Associação Nacional de Direito ao Crédito.

A este respeito, e como decla-ração de princípio, quero ser claro. Naturalmente que, citando o título da conferência de hoje, tal como o microcrédito tem um passado já rico e um futuro promissor, também a ANDC contou no passado com o apoio dos poderes públicos e não deixará de contar no futuro.

Aliás, não é apenas o Estado que se tem assumido como parceiro do micro-crédito. O que, como imaginam, não sucede por acaso. A prova do valor e da viabilidade deste tipo de intervenção está também patente na adesão de numerosos associados e em particular na parceria estratégica que foi possível esta-belecer entre a associação e uma grande instituição bancária portuguesa privada. É uma parceria que gostaria de saudar publicamente. (…)

Combate à exclusão; criação do próprio emprego; criação de empresas; estímulo ao empreendedorismo e à inovação; autonomização dos beneficiários e desenvolvimento pessoal; desenvolvimento local e dos mercados locais: eis algumas das componentes virtuosas desta medida. Não conseguirão, certamente, lembrar-se de muitas medidas de política, na área social ou noutra, que reuna em si o potencial de tantos e tão diversos efeitos positivos.

Pensemos no caso português. Lembro que em apenas seis anos de actividade, a ANDC concedeu mais de 500 empréstimos, num valor global de 2,5 milhões de euros; o que permitiu criar 600 empregos auto-sustentáveis. E tudo isto, recordo, no arranque da própria actividade da associação, que é recente, e por isso naturalmente num crescendo de actividade e visibilidade da associação. Estes números, muito globais, mostram bem a dimensão que esta medida já tem, em cerca de 6 anos, e permite-nos encarar com optimismo o futuro deste tipo de intervenção.

(…) Repito: em poucos anos de actividade, 600 empregos. Haverá poucos projectos de investimento empresarial que, por si só, tenham gerado tantos empregos em Portugal - e, sobretudo, tantos empregos que saibamos que podem impedir situações de desfavorecimento sério em tantas pessoas.

Confesso que gostava de ver este tipo de impacto mais visível, mais publicitado. (…)

Fernando Teixeira dos Santos

Ministro de Estado e das Finanças, na sessão de abertura

O apoio concedido pelo microcrédito é reconhecido como um instrumento eficaz para a inserção social dos indivíduos e das famílias, pelo que se enquadra na política que o Governo se propôs levar a cabo, em especial no âmbito do reforço da economia social e no combate ao desemprego. O microcrédito revela-se igualmente como um instrumento relevante no âmbito do Plano Tecnológico, pelo impulso que confere à livre iniciativa e à inovação.»

«Quanto ao papel do Estado, o Programa do Governo refere que a renovação do tecido empresarial será obra fundamentalmente da iniciativa privada e do mercado, cabendo ao Estado o papel de facilitador de diversificação, reestruturação e dinamismo tecnológico. Nessa medida, certamente que o Governo prestará todo o apoio técnico ao desenvolvimento do microcrédito, incluindo a criação de uma envolvente legal favorável.»

«Embora o microcrédito seja mais visível nos países em vias de desenvolvimento, os fundamentos para a sua aplicação são universais e aplicam--se igualmente a economias desenvolvidas. Na realidade, mesmo nos países ricos do hemisfério Norte, é frequente existirem famílias de poucos rendimentos mas com capacidade de trabalho e iniciativa, para as quais um simples apoio, por pequeno que seja, representa um poderoso «efeito multiplicador» da sua produtividade e rendimentos, contribuindo para o aumento do bem-estar social das famílias elevando-o para níveis acima do limiar de pobreza.»

Fernando Medina

Secretário de Estado do Emprego e da Formação Profissional

O Microcrédito corporiza uma ideia diferente e inovadora no combate à pobreza e a exclusão social, face às visões mais tradicionais que têm enquadrado geralmente as políticas neste domínio e que se podem sintetizar em dois modelo tipo: um de natureza assistencialista, outro assente na função redistributiva do Estado. "

"...a sua correcta implementação exige uma forte proximidade e conhecimento do terreno, das pessoas, das instituições que as podem ajudar na sua capacitação para a concretização de uma ideia de negócio que tem de ser desenvolvida como um projecto sustentado. Exige por isso uma relação individualizada, em que é decisiva a confiança entre quem dá e quem recebe."

"...porque é uma ideia que funciona, assumindo vantagens inegáveis face a outro tipo de soluções em que os riscos de reprodução das situações de partida são mais elevados, designadamente de dependência face a apoios públicos, sendo também por isso mais eficaz e eficiente, porque os nele se envolvem deixam de ser essencialmente consumidores de recursos, para passarem a ser também produtores de riqueza."

".... área prioritária de intervenção é o desenvolvimento de um enquadramento regulatório do Microcrédito que crie condições mais favoráveis para essa expansão, designadamente em termos fiscais e do sistema de garantias que deve ser assegurado na concessão e cobrança do crédito concedido."

"A quarta área a aprofundar é a do trabalho em rede e de base territorial, tendo em atenção as experiências já promovidas e procurando mobilizar de forma mais intensa os Centros de Emprego, a ANDC, outras instituições do mesmo tipo que queiram ser parceiros activos neste processo e, naturalmente, as instituições financeiras."

É possível mudar o mundo.
Muhamad Yunus

Como tudo começou Eu não tinha qualquer intenção de conceder empréstimos, foram as circunstâncias que me levaram a isso. Afinal, todas as grandes teorias de desenvolvimento económico que eu ensinava não contribuíam em nada para o nosso desenvolvimento.

Era preciso olhar para o mundo não como um ser abstracto, mas como se de uma pessoa se tratasse e tentar ser útil. Nem que fosse para uma só pessoa.

Andamos nós a falar de milhões e milhões de dólares para investir e desenvolver a economia do país e há pessoas que, apenas, precisam de um dólar!

Microcrédito nos países ricos O microcrédito não tem a ver com países ricos ou países pobres. Tem a ver com quanta gente é rejeitada pelo sistema bancário convencional.

Quem recebe assistência social ou é sem-abrigo não pode pedir um empréstimo. É preciso oferecer garantias e muitas pessoas não têm garantias para dar. Para isso é preciso um sistema alternativo de crédito. E é aí que nós entramos.

O Microcrédito no combate ao desemprego Na lógica convencional, a maneira de curar o desemprego é criar emprego. Eu diria que há duas vias: uma é criar emprego por conta própria, a outra é criar emprego por conta de outrem. Ambas funcionam. Mas o emprego por conta de outrem é difícil e muito caro de criar. O emprego por conta própria é muito barato e muito rápido de criar. Embora no início as pessoas digam que não sabem fazer nada, quando começam o seu negócio descobrem que afinal sabem... descobrem a sua vocação.

O caminho percorrido em apenas três décadas Em 1976, quando emprestei 27 dólares a 42 pessoas, se tivesse feito uma conferência de Imprensa nessa tarde para anunciar

que, daí a 30 anos, estaríamos a pensar em ajudar 100 milhões de famílias, todos sairiam da sala a chamar-me maluco. Mas essa é a realidade presente. Na época, a palavra microcrédito nem sequer existia.

E o futuro? Apesar do cepticismo de há 30 anos, conseguimos que a ONU proclamasse 2005 como o Ano Internacional do Microcrédito e comprometemo-nos a atingir o objectivo de chegar a 100 milhões de famílias em todo o mundo. Não só atingimos esse objectivo como já o devemos ter ultrapassado. Agora, o novo objectivo é chegar a 175 milhões de famílias até 2015.

O crédito como direito fundamental Colocar o direito ao crédito na Carta Fundamental dos Direitos do Homem é o nosso próximo desafio. Impossível?! Para quem acredita há 30 anos que é possível transformar utopias em realidade, tudo parece possível.

Não adianta consagrar o direito à saúde, ao trabalho, à educação, tudo óptimas ideias, se todos sabemos que os Estados não têm dinheiro suficiente para fazer cumprir todos esses direitos. O que é importante, o direito fundamental deve ser capacitar os indivíduos com os meios que lhes permitam ser autónomos, criando o seu próprio emprego.

É uma questão complexa pois mexe com enquadramento legal do sector financeiro, mas sem o direito a ter acesso ao dinheiro, todos os outros direitos fazem pouco sentido.

É preciso acreditar e ir em pequenos passos.

Painel sobre a banca e o microcrédito

O papel das instituições financeiras na promoção do microcrédito é vital para o desenvolvimento deste negócio que é, simultaneamente, um instrumento de luta contra a exclusão social. Este foi o tema do painel composto por representantes de topo da banca portuguesa, que tive a honra de moderar: Dr. Paulo Teixeira Pinto (Millennium BCP), Dr. João Costa Pinto (Caixa Central Crédito Agrícola), Dr. Carlos Costa (CGD) e Dr. Joaquim Goes (BES).

Os banqueiros responderam a algumas provocações que fiz sobre a visão dos bancos sobre o «cliente diferente» do microcrédito e sublinharam que os bancos não são instituições de caridade, mas podem ser mecenas do «crédito social», assumindo que há custos financeiros com as operações e risco de «sinistralidade». Isto significa, na prática, que a banca entende que deve haver auto-sustentação deste negócio, através da redução da burocracia e de uma atitude pró-activa dos funcionários bancários que deve passar por ir ao terreno social dos potenciais clientes. Além disso, a parceria entre a banca e as ONG deve basear-se numa atitude e num espírito de confiança recíproca, sendo que a banca assume que ainda está a aprender com esta nova realidade que é o microcrédito.

Apesar dos bancos com maior experiência e intervenção nesta área saberem claramente o que estão a fazer neste negócio, alguns membros do painel ainda confundem microcrédito com o apoio às micro-empresas ou aos jovens empreendedores e «refugiam-se» em expressões como «o poder aos pequenos» para sublinhar a boa intenção do microcrédito. O problema é que, como o público presente sublinhou (em resposta a algumas perguntas que lancei), é preciso ir além das «boas intenções»: ainda há alguns problemas com a atitude dos funcionários bancários, mesmo que bem treinados, perante os clientes «excluídos» ou ainda ao nível da capacidade de resposta organizativa dos alvos do apoio do microcrédito (indivíduos, por vezes, frágeis psicologicamente e que precisam de acompanhamento activo para lançar um negócio), o que ajuda a explicar a taxa de insucesso que ronda os 20%.

Foi também sublinhado o papel que o microcrédito pode ter no combate à economia paralela e à atitude de subsídio-dependência de alguns desempregados e excluídos, podendo ser até um projecto gerador de riqueza e de receita fiscal para o próprio Estado. Banqueiros e público concluíram também que é vital o papel activo do Estado, não no sentido do apoio financeiro a fundo perdido, mas sim ao nível do apoio de técnicos nas comunidades onde vivem os «clientes do microcrédito». Essa rede pode ter um papel importante no combate à exclusão, logo no sucesso dos negócios dos novos empresários do microcrédito, o que implica uma percepção do efeito social desta medida concreta e da necessidade desta rede social ser sustentável e não algo esporádico ou volátil, que voe consoante os caprichos políticos dos sucessivos governos. Fica, assim, a esperança de que este negócio social floresça em Portugal.

LUÍS FERREIRA LOPES
EDITOR DE ECONOMIA DA SIC

Um dos grandes desafios lançados durante a Conferência diz respeito ao modelo de negócio que pode suportar o microcrédito na Europa e concretamente em Portugal. (...) A banca não sabe, não conhece e não consegue obter retorno suficiente quando pretende trabalhar com as populações mais pobres. O desafio é o de escolher parceiros (...) que lhe possam trazer esse conhecimento.

Ponto de Chegada

Jorge Wemans (Director da RTP2) , Fernando Medina (Sec. Estado do Emprego e Formação Profissional) e Manuel Brandão Alves (Presidente da ANDC)

Em três décadas, o microcrédito passou de uma resposta à situação de pobreza de 16 mulheres de um bairro degradado de Dacca, no Bangladesh, a um instrumento a que já recorreram 100 milhões de famílias pobres em todo o mundo, na sua luta para garantirem para si uma vida digna.

Contudo, tal como há 30 anos, o microcrédito continua a ser uma realidade despretensiosa, baseada numa ideia simples: um pequeno empréstimo é, para muitas famílias pobres, a única possibilidade de se estabelecerem por conta própria e gerarem um rendimento económico capaz de melhorar o seu nível de vida e pagarem o crédito contraído. Estas foram as certezas que o fundador do microcrédito, Muhamad Yunus, trouxe à Conferência.

A actualidade do microcrédito foi retomada pelos dois ministros que intervieram na sessão de abertura, pois tanto o ministro de Estado e das Finanças como o do Trabalho e Solidariedade Social sublinharam a sua extrema acuidade nas sociedades ditas desenvolvidas, onde o envelhecimento da população coloca dificuldades ao desenvolvimento do Estado Social, enquanto a globalização traz novos desafios em termos de ajustamento e de acréscimo de competitividade. O microcrédito e a iniciativa organizada da sociedade civil - no caso, a ANDC - representam uma resposta positiva dos cidadãos a estes desafios e possibilitam a autonomização de pessoas em situação de exclusão.

O ministro do Trabalho e da Solidariedade Social foi mesmo mais longe, afirmando o reconhecimento e o compromisso do Ministério para com o desenvolvimento do microcrédito, desafiando a que este fosse mais conhecido e actuante nas zonas geográficas mais duramente atingidas pela competitividade externa e com mais desemprego.

Um dos grandes desafios lançados durante a Conferência diz respeito ao modelo de negócio que pode suportar o microcrédito na Europa e concretamente em Portugal. A presidente da Rede Europeia do Microcrédito, o responsável da Caixa Catalunha e os vários banqueiros presentes coincidiram: a banca não sabe, não conhece e não consegue obter retorno suficiente quando pretende trabalhar com as populações mais pobres. O desafio é o de escolher parceiros - organizações não governamentais, sem fins lucrativos ou/e de voluntariado - que lhe possam trazer esse conhecimento. A banca pode também encarar o microcrédito como expressão da sua responsabilidade social perante a comunidade. A certeza é que para os cidadãos excluídos a questão central é o acesso a um pequeno crédito e não tanto a taxa de juro ser preferencial ou normal, pois não é esta que influencia drasticamente o montante das prestações mensais a pagar.

A Conferência deixou em aberto várias tarefas para as organizações envolvidas na expansão do microcrédito:

- a necessidade de se instituir, no contexto legal português, um estatuto do micro-empresário apoiado pelo microcrédito e de, por outro lado, legalizar a possibilidade das organizações emprestarem o capital directamente aos cidadãos;
- a redacção e a assinatura de uma carta de compromisso das instituições que desenvolvem o microcrédito, estipulando os objectivos e deveres que assumem nessa prática;
- uma maior mobilização das políticas sociais públicas, das autarquias, da banca e das organizações de microcrédito, de forma a estruturarem propostas que favoreçam a criação e a expansão de micronegócios em territórios economicamente deprimidos;
- a atenção, por parte das instituições públicas ou de solidariedade social que lidam com cidadãos em situação de pobreza ou de exclusão, às capacidades que tais pessoas transportam e à sua energia para mobilizarem vontades e saber-fazer, bem como a disponibilidade para correrem riscos que permitam ultrapassar a sua situação.

É esta a dinâmica em que desde há 30 anos se baseia o microcrédito: perceber que os pobres dispõem de quase tudo para deixarem de ser como que pequenos «bonsais» - só lhes falta o crédito.

JORGE WEMANS

Notas apresentadas na Sessão de Encerramento